



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
Per
sh

PRIMEIRA REUNIÃO DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

----- ATA NÚMERO SETE -----

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se na sede da AMUT – Academia Musical União e Trabalho, sito Rua Cândido dos Reis, número 19, em Sarilhos Grandes, a primeira reunião da quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente e em nome da Assembleia Municipal do Montijo agradeceu à direção da AMUT – Academia Musical União e Trabalho pela cedência da sala e também pela excelente cooperação na logística, a fim de se realizar a 1ª sessão descentralizada da Assembleia Municipal do Montijo, no corrente mandato. -----

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais: PS** – Fernanda Fernandes, José António Caria, Fernando Coelho e Alcídio Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco Salpico, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra, Mário



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Pj

Manuel Rocha Baliza Leonardo, Ana Paula Batalha. **PSD** – Ana Filipa Mota, Sérgio Vasco, Alfredo Rodrigues, Francisco Cordeiro, João Figueiredo e Nadine Balasteiro. **BE** – Ricardo Caçoilha e Cipriano Pisco. -----

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou substitutos**: -----
União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando Caria, (PS); **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Miguéns (PS), e **Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim Batalha (CDU). -----

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais

Sabina Pereira (CDU), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ana Paula Batalha. -----

Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Faltou o **Presidente de Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel Morais (PS). -----

Faltou o **Presidente da Junta de Freguesia de Canha** – Armando Piteira (PSD). ---

Faltou a senhora **Deputada Municipal** Ana Catarina Jimenez. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Almeida (CDU), Maria Clara Silva (PS), Mercês Borges (PSD), Nuno Catarino em substituição de Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Francisco dos Santos (PS). -----

Seguidamente, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

Sabina Pereira – Presidente da Academia Musical União e Trabalho, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Em nome da direção da AMUT – Academia Musical União e Trabalho gostaríamos de agradecer por esta iniciativa de se realizar sessões da Assembleia Municipal descentralizadas e é com todo o gosto e orgulho que recebemos hoje aqui a Assembleia Municipal.”

Munícipe Francisco Silveira Rebelo, residente na Estrada Nacional, nº 11, Broega, em Sarilhos Grandes, sito ao lado do restaurante Caravela, no uso da palavra, disse: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, engenheiro Nuno Ribeiro Canta. -----

Quando a Câmara Municipal fez obras de saneamento, na localidade da Broega, sentido Sarilhos Grandes/Moita, a máquina que abriu as valas para colocar os canos dos esgotos e coletores, levantou toda a calçada frontal ao muro do meu jardim, com 15 metros de comprimento e 3 metros de largura. As pedras ficaram todas encostadas ao muro do jardim do imóvel do qual sou arrendatário. Perguntei ao condutor da máquina se as pedras não eram para ser



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

repostas. O senhor respondeu-me que esse problema era com a Câmara Municipal, na altura o Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes era o senhor António Miguel, ao qual eu pedi um parecer. O Senhor Presidente da Junta disse-me que ia fazer uma carta e que entregaria pessoalmente ao senhor Vereador, e, nada foi feito. As pedras ficaram encostadas ao muro e com o passar dos anos tudo desapareceu. Ainda escrevi mais duas cartas à Câmara Municipal e nunca obtive resposta, por isso, solicito ao Senhor Presidente, se sabe para quando a reposição dessa mesma calçada.” -----

Munícipe Cândido Ribeiro, no uso da palavra, disse: “ Congratulo-me com esta Assembleia Municipal aqui em Sarilhos Grandes e em primeiro lugar agradecer a vinda do trator para a freguesia de Sarilhos Grandes. -----

O problema que apresento ficou por resolver há alguns anos, aquando das obras de remodelação da Praça da Liberdade, especificamente ficou por retirar os postes de cimento que penso que pertencem à REN. A obra foi concluída e ficou pendurado nos postes um cabo da Cabovisão. Recentemente começou uma nova obra em sarilhos Grandes, que é a passagem de um novo cabo, agora da NOS, que para meu espanto também utiliza os postes da REN, que supostamente deveriam ter sido retirados. Pergunto: Se a obra de Remodelação da Praça da Liberdade tinha como finalidade a retirada dos postes, e, agora ainda vai passar mais um cabo. Afinal quando é que os postes vão ser retirados? Gostava que o Executivo esclarecesse este assunto.” -----

Munícipe Tiago Salgueiro, no uso da palavra, disse: “Sou um morador muito recente na freguesia de Sarilhos Grandes, moro perto do Jardim dos Triângulos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
P
H

e é o estado deste jardim que me traz aqui. Tem havido uma grande mobilização de moradores daquela zona, no sentido de apresentarmos uma proposta concreta. Já reuni com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, Joaquim Batalha, que nos deu todo o seu apoio. O espaço encontra-se abandonado e perigoso. -----

Não acredito que por motivos financeiros, não se possa avançar com este projeto, que é uma obra muito importante para Sarilhos Grandes. Há aspetos no jardim que podem ser aproveitados e reavaliados, tem é que haver vontade. Esta é uma obra muito importante para as famílias que vivem em Sarilhos Grandes.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, agradeceu igualmente à AMUT e em resposta aos munícipes, disse: -----

“Quanto ao senhor munícipe Francisco Rebelo, não consigo localizar a questão que referiu, mas nós iremos repor esta situação o mais rápido possível. -----

Quanto ao senhor munícipe Cândido Ribeiro, os postes foram colocados pela EDP, os postes suportavam toda a iluminação pública. Quando se desenvolveu o projeto da recuperação da Praça da Liberdade, criámos novos candeeiros e foi requalificada toda a iluminação pública. Realmente desde o início do projeto que estava previsto a remoção dos postes, mas, com a passagem dos cabos de outras infraestruturas, foi impossível retirar os postes, porque os cabos que estão aéreos têm que ser enterrados e não se conseguiu chegar a um acordo com a EDP. Mas isto não quer dizer que estejamos a desistir da situação, achamos que esta questão é esteticamente inaceitável e tem que ser resolvida



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a EDP. Quanto à colocação de um novo cabo da NOS, isso não passa pela Câmara Municipal do Montijo, ou seja, é a EDP que decide unilateralmente essa passagem. A Câmara Municipal só agora está a tomar conhecimento dessa nova passagem, porque a Câmara Municipal autoriza intervenções relativamente à passagem de cabos quando as infraestruturas são no subsolo, quando a passagem é aérea quem autoriza é a EDP. -----

Quanto ao senhor munícipe Tiago Salgueiro, o jardim que referiu já foi recuperado, na altura essa obra foi executada pela Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, que desenvolveu o projeto com a Câmara Municipal que também o acompanhou. Realmente, já visitámos aquele jardim e temos que avançar com a sua recuperação, quer seja em sede de orçamento para o próximo ano ou outra solução para que pelo menos se resolva a questão da segurança. Hoje em dia as freguesias, por via da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, são também quem detém a responsabilidade da manutenção dos parques infantis. A Câmara Municipal do Montijo tem trabalhado com todas as juntas de freguesia e irá trabalhar obviamente com a de Sarilhos Grandes, para recuperar esse parque, bem como todos os parques no concelho, para que todos os munícipes possam usufruir desses espaços.” -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
4

Ata n.º 4 de 17 de junho de 2016

Aprovada por unanimidade. -----

Ata n.º 5 de 21 de junho de 2016

Aprovada por unanimidade. -----

Ata n.º 6 de 30 de junho de 2016

Aprovada por unanimidade. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período de intervenções e informou que a Mesa tinha um conjunto de informações a dar e deu a palavra ao **1º Secretário da Mesa – Pedro Carromeu**. -----

INFORMAÇÃO DA MESA

I

“Em 26 de novembro de 2015, solicitei ao senhor Presidente da Câmara a possibilidade de afetar mais recursos humanos para o secretariado da assembleia municipal do Montijo. Como todos sabemos a única trabalhadora afeta à Assembleia municipal é a assistente técnica, Joaquina Barbosa. A trabalhadora para além de executar todas as tarefas necessárias ao funcionamento da Assembleia Municipal desempenha também tarefas de Oficial Público em substituição e assegura ainda o secretariado de reuniões de câmara igualmente em substituição. No decurso deste ano, o trabalho aumentou significativamente dada as realizações que a assembleia municipal levou e pretende levar a efeito decorrentes do seu Plano de Atividades. Ora, no



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

mínimo a assistente técnica, Joaquina Barbosa deveria dedicar-se em exclusivo ao serviço da Assembleia Municipal. Na sequência da nossa solicitação/exposição, respondeu o senhor Presidente que não existiam naquela data trabalhadores "em bolsa" para fazer face ao solicitado. Sem percebermos o significado de trabalhadores "em bolsa" que no caso concreto se nos afigura a despropósito, afirmava ainda o senhor Presidente que iria durante o ano de 2016, desenvolver esforços para disponibilizar mais um trabalhador/a. -----

No dia 1 de julho de 2016, reafirmei ao senhor Presidente da Câmara a necessidade de afetação de mais um trabalhador/a para o quadro da Assembleia Municipal. Recorrendo à insistência da assistente técnica, Joaquina Barbosa ficar em exclusivo afeta aos serviços da Assembleia Municipal. Mais uma vez o senhor Presidente reafirmou que a trabalhadora deve manter as suas funções. -----

Na verdade, não será possível continuar a responder de forma célere, atempada, com competência, zelo, numa palavra, fazer face às inúmeras tarefas que são colocadas para o desenvolvimento de um trabalho que dignifique a Assembleia Municipal e os seus eleitos. Só a capacidade de trabalho demonstrada pela assistente técnica, Joaquina Barbosa, a sua total disponibilidade para além do que lhe seria exigido em termos de cumprimento das suas competências e horários de trabalho, tem permitido, que atempadamente sejam levadas a efeito todas as solicitações e tarefas acometidas à realização de cada Assembleia Municipal. Assim, insiste-se junto do senhor Presidente da Câmara para a necessidade de afetar, no mínimo, mais um recurso humano a esta Assembleia Municipal." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INFORMAÇÃO DA MESA

II

“A Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Senhor Presidente da câmara, no dia 6 de junho de 2016 o envio de cópia dos relatórios de análise do cumprimento dos acordos de execução celebrados com as Juntas de Freguesia. Tais relatórios são de elaboração e obrigatoriedade anual. São elaborados com base nas reuniões conjuntas e periódicas com as Juntas de Freguesias e destinam-se a analisar a suficiência ou insuficiência dos recursos contratados. --- Foram solicitados cópia dos relatórios referente ao 1º e 2º ano de vigência dos contratos em cada uma das freguesias. Tal pedido foi reafirmado no dia 8 de julho de 2016 e 13 de setembro de 2016. -----

Até ao momento foram recebidos no passado dia 22 (ontem), relatórios elaborados pela União de Freguesias de Atalaia Alto Estanqueiro/Jardia e de Canha. Não foi contido apresentada qualquer justificação para a não apresentação dos relatórios solicitados. -----

Os relatórios solicitados inserem-se no âmbito da cláusula da fiscalização dos acordos que integra os mesmos sendo, que para a Freguesia de Canha é a cláusula 13ª, União de Freguesias Montijo/Afonsoeiro é a cláusula 8ª, União de Freguesias de Pegões é a cláusula 10ª, Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes é a cláusula 13ª e a União de Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia é a cláusula 12ª. -----

Tal como consta das referidas cláusulas a obrigatoriedade da elaboração dos relatórios solicitados é dos serviços municipais e não das juntas de freguesia.” --

AM
EJ
H



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A 2ª Secretária da Mesa – Isabel Travessa, no uso da palavra, prestou a seguinte informação cujo teor abaixo se descreve: -----

INFORMAÇÃO DA MESA

III

“A senhora Deputada Ana Filipa Mota do PSD, solicitou em 8 de março de 2016 um conjunto de documentos para análise da AFPDM/EPM, que a Mesa da Assembleia remeteu para o senhor Presidente da Câmara em 11 de março de 2016. Tal pedido foi reafirmado em 12 de abril de 2016, 8 de julho de 2016 e 13 de setembro. Parte da informação só foi recebida a 14 de setembro de 2016 e não na totalidade. De acordo com a resposta do senhor Presidente, os restantes documentos deverão ser solicitados diretamente à AFPDM. Sem mais remetemos tal solicitação à associação que entregou os documentos, no passado dia 22. -----

Mas, o que se estranha é a informação de que os documentos solicitados anteriormente já tinham sido remetidos anteriormente aos senhores vereadores da Câmara Municipal do PSD. Ora, os pedidos e informações solicitados e prestados aos membros da Câmara de um determinado partido, nada tem a ver, não impede os membros da assembleia municipal desse mesmo partido os solicitar.” -----

INFORMAÇÃO DA MESA

IV

“A solicitação do senhor Diretor Executivo do ACES Arco Ribeirinho – Agrupamentos de Centros de Saúde integrados na Administração Regional de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E
H

Lisboa e Vale do Tejo, IP, que integra os concelhos de Alcochete, Montijo, Moita e Barreiro foi realizada uma reunião no passado dia 20 de setembro, no Gabinete da Presidente da Assembleia Municipal. Presentes na reunião a presidente da Assembleia municipal Maria Amélia Antunes, o senhor Diretor Dr. Miguel Lemos e o senhor Dr. Luís Hermenegildo Vogal do Conselho Clínico. A reunião versou, para além da apresentação de cumprimentos a análise da situação, da realidade dos cuidados continuados na área de influência do ACES e particularmente no concelho do Montijo. No nosso concelho a falta de pessoal clínico, médicos de família, é onde mais se faz sentir. É no nosso concelho que existe mais população sem médico de família. A solução passa pela contratação de médicos ainda que possam já estar reformados e obter a respetiva autorização para voltar a exercer medicina. Foi abordada a constituição de uma USF – Unidade de Saúde Familiar, situação que já não é nova, tem cerca de cinco anos. O maior obstáculo reside em encontrar um espaço que possa ser adaptado para o efeito. Foi ainda abordado o polo de saúde pública do Montijo, que neste momento, não se encontra sediado no concelho do Montijo. No âmbito da participação dos municípios no conselho da comunidade foi abordada a situação sendo que, o Presidente da Comunidade ainda não está designado. A presidência deverá ser exercida por um dos quatro Presidentes de Câmara da sua área geográfica. A representação da Assembleia Municipal do Montijo está assegurada desde abril de 2013, pelo deputado eleito em reunião da Assembleia Municipal do Montijo, realizada em 23 de abril de 2013, tendo sido então eleito o Deputado Municipal Fernando Manuel Melo Sequeira Coelho. A informação obtida é que o Conselho da Comunidade não terá realizado nenhuma reunião, uma vez que não foi designado o Presidente. Foi



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
B

entregue ao senhor Presidente cópia da certidão comprovativa da eleição do representante da Assembleia Municipal do Montijo. Os membros eleitos para o Conselho da Comunidade são designados por um período de três anos, renovável por iguais períodos, sem prejuízo da sua substituição, a todo o tempo, pelas entidades que os designaram. “ -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, prestou a seguinte informação:

INFORMAÇÃO DA MESA

V

“No dia 27 de maio de 2016, solicitei ao senhor Presidente da Câmara as propostas de regulamento agendadas para a reunião ordinária da Câmara de 25 de maio de 2016, com os nºs 1000/2016, 1001/2016, 1002/2016, 1003/2016, 1004/2016 e 1005/2016. Estas propostas tinham por objeto alterações aos regulamentos municipais e novos regulamentos. As propostas solicitadas como é do conhecimento geral, foram reprovadas. -----

No dia 6 de junho de 2016, o senhor Presidente da Câmara informa que as propostas foram rejeitadas em sede de votação na referida reunião de câmara com os votos contra dos vereadores da CDU e do PSD. Mais afirma o senhor Presidente que as propostas não tiveram qualquer seguimento e que quando as novas propostas com o mesmo objeto forem aprovadas terão o seguimento legalmente previsto mencionando o senhor Presidente a sua submissão a consulta pública para depois seguir para deliberação da Assembleia Municipal. -

Em 8 de junho de 2016, solicitei de novo as referidas propostas ao senhor Presidente, bem como outros pedidos formulados e ainda não satisfeitos,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
R
H

referindo que a lei não estabelece limites nem critérios aos pedidos de informação e documentos aos eleitos da Assembleia Municipal, desde que a matéria versada na informação e nos documentos pedidos seja de âmbito municipal, independentemente de ser objeto de deliberação positiva ou negativa da Câmara Municipal. É óbvio que toda a matéria agendada para deliberação se presume de interesse para a autarquia, caso contrário não deve ser agendada, podendo ser considerada ilegal. -----

O pedido foi novamente reafirmado em 8 de julho de 2016 e 13 de setembro de 2016, conjuntamente com outros pedidos, sendo que em 13 de setembro de 2016 solicitámos também cópia das propostas nºs 1117/2016, 1118/2016, 1119/2016 e 1120/2016, todas referentes a matéria regulamentar agendada para a reunião ordinária da camara municipal, de 14 de setembro. -----

No dia 19 de setembro de 2016, são remetidas à Assembleia Municipal cópia destas últimas propostas submetidas a reunião de camara de 14 de setembro. Todavia, não nos foram remetidas as propostas de regulamentos submetidas a deliberação da Câmara municipal em 25 de maio de 2016. Os argumentos aduzidos é que terão sido documentos de trabalho e de consensualização para poderem merecer à aprovação do órgão executivo. -----

Os pedidos de informação e de documentos dos membros das assembleias municipais são feitos ao abrigo do disposto no artigo 25º.nº2 alínea d) da lei nº. 75/2013 de 12 de setembro de 2013 e do artigo 14º, alínea f) e i) do Regimento da Assembleia Municipal do Montijo. -----

Neste quadro, é importante esclarecer se as propostas solicitadas que foram rejeitadas na Câmara Municipal devem ou não ser enviadas a solicitação dos membros da Assembleia Municipal para seu conhecimento, estudo, análise, ou



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

outro destino que lhe queiram dar desde que legal e de interesse para a autarquia. -----

À guisa de, ou melhor como hipótese, ainda se poderá perguntar, se tais propostas poderão ser recusadas a requerimento de um cidadão/a que entenda proceder à sua solicitação, no âmbito do princípio da administração aberta extraprocedimental ou não procedimental. -----

De acordo com o artigo 268º da Constituição da República Portuguesa, em sede de direitos e garantias dos administrados, os cidadãos têm direito a serem informados de uma forma geral. -----

A Lei Constitucional consagra um direito fundamental à informação, no caso em apreço, informação não procedimental. Este preceito constitucional foi densificado em vários diplomas legais e mais recentemente no artigo 17º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei 4/2015, de 7 de janeiro, estabelecendo o princípio da administração aberta, em obediência, em conformidade com os princípios gerais da publicidade e da transparência administrativa. O atual artigo 17º do CPA corresponde ao anterior artigo 65º do CPA de 1991. -----

No CPA há que ter ainda em atenção o capítulo IV do direito à informação, consagrados nos artigos 82º a 85º. -----

Face a estas breves referências legais sobre o direito à informação e por maioria de razão, este direito também pode ser exercido pelos membros das assembleias municipais. Mas não vamos por aí. Ora, qualquer membro da assembleia municipal pode solicitar informações sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, devendo faze-



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
Pg
4

lo através da Mesa da Assembleia, artigo 25º, nº 2, alínea d) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e Regimento da Assembleia Municipal. -----

Assim, não se entende a dualidade de critérios no envio das propostas de regulamento submetidas a reunião de câmara de 14 de setembro e a recusa do envio das propostas de regulamento submetidas à reunião de câmara de 25 de maio, a solicitação de um membro da Assembleia Municipal. Como responderia a Câmara Municipal a um munícipe que solicitasse as cópias das referidas propostas? Vejamos: -----

1. Qualquer membro da Assembleia municipal pode solicitar informações sobre assuntos de interesse para a Autarquia. É inequívoco que sim. -----
2. As cópias das propostas de regulamentos solicitadas são ou não de interesse para a autarquia? É inequívoco que sim. -----
3. Toda e qualquer proposta agendada em reunião de Câmara é de interesse para a autarquia? É inequívoco que sim, senão, não deve ser agendada. -----
4. Pode um membro da assembleia municipal solicitar as propostas agendadas em reunião de Câmara quer tenham sido aprovadas ou reprovadas. É inequívoco que sim. Salvo tratando-se de matéria de inquéritos disciplinares ou outros em que esteja em causa o segredo de justiça. Neste caso só no fim do procedimento. -----
5. Foram remetidas, as propostas de regulamento submetidas a reunião de Câmara no dia 14 de setembro, mais recentemente, portanto e solicitadas pelo membro da assembleia municipal. -----
6. Aqui chegados cabe perguntar: Qual o fundamento legal para remeter umas propostas de regulamento e recusar remeter outras? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

7. Pode um cidadão ter direito a esta informação regulamentar? Inequivocamente que pode, ao abrigo das disposições legais supra referidas da CRP e do CPA. -----
8. Podem as propostas de regulamento solicitadas que foram rejeitadas ser objeto de apreciação pelo órgão assembleia municipal? É inequívoco que não podem. -----
9. Podem as propostas de regulamento apresentadas na reunião de camara de 14 de setembro solicitadas e remetidas ao membro da assembleia municipal que as requereu ser objeto de apreciação ou deliberação pelo órgão assembleia municipal antes de aprovadas pela camara municipal? É inequívoco que não. -----

Em 22 de setembro solicitei de novo ao senhor Presidente o envio das propostas tomando a liberdade de lhe sugerir que, uma vez que remete a agenda de cada reunião de câmara para conhecimento da Assembleia Municipal, onde consta a identificação de cada uma das propostas que integram a ordem do dia, que passem a ser remetidas também as propostas para conhecimento dos membros da assembleia municipal, ampliando assim a informação aos mesmos, sem necessidade de solicitação.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Os considerandos que aqui hoje vou apresentar são na qualidade de mãe, mulher, munícipe e de deputada municipal do PPD/PSD. Venho reiterar de uma forma muito subtil uma necessidade que temos vindo a verificar, de valorizar a escola pública de qualidade para todos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature or initials in the top right corner.

através de um investimento adequado que contempla este fim. Inúmeras questões relativamente a esta matéria foram levantadas, mas hoje debruçar-me-ei especificamente sobre o Jardim de Infância de Pegões. -----

-Todos os anos, senhor Presidente da Câmara, os munícipes que residem em Pegões são presenteados à data da execução do orçamento municipal com uma verba no Plano Plurianual de Investimentos para um centro Escolar em Pegões, uma verba que ronda 2 milhões e 116 mil euros. Os munícipes vão ano após ano tendo a esperança de que alguém em algum ano faça alguma coisa. Como diz o povo “Promessas leva-as o vento”. O Jardim de Infância de Santo Isidro, mais propriamente no Edifício onde está o refeitório tem manchas com bolor, mofo, no teto da sala onde as crianças passam a maior parte do tempo, também nas casas de banho. Sabemos que as funcionárias tiveram a tentar reparar o que conseguiram, mas efetivamente o bolor e o mofo são difíceis de sair. Aquilo é humidade e todos sabemos quais as consequências e os problemas que provoca, nomeadamente crises de asma, alergias, infeções respiratórias, etc. ----

O telhado da Junta de Freguesia de Santo Isidro que fica do outro lado da rua, foi lavado e encontra-se em bom estado de conservação. Já o do Jardim-de-infância está com um aspeto péssimo, completamente sujo, cheio de resíduos, as caldeiras estão todas entupidas e isso justifica com clareza as humidades que começam a aparecer e a prejudicar claramente a qualidade de vida das crianças. Na parte exterior o escorrega que é muito utilizado pelas crianças, não tem uma trave lateral e que é muito importante para a segurança das crianças, nomeadamente para as de três anos. Entre o piso do escorrega e a areia onde as crianças brincam, tem uns lancis enormes de cimento e a areia não tapa os lancis, o que coloca em perigo as crianças. As educadoras e as auxiliares não



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P

têm um computador e uma impressora para trabalharem no projeto educativo, fazem-no em casa com os seus próprios meios. -----

Como podem apregoar uma escola pública de qualidade, nem o mínimo esta escola tem para funcionar. Colocada esta questão, gostava que nos informasse para quando estão previstos trabalhos neste Jardim-de-infância?" -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra disse: “Estamos hoje aqui numa terra muito importante e o facto de estarmos hoje aqui a realizar esta assembleia municipal descentralizada, significa que o grupo de trabalho criado na Assembleia Municipal do Montijo, composto por cada uma das forças políticas, aprovou por unanimidade este novo regimento e que permite que hoje estejamos aqui. Salientar também que isto só foi possível, com a colaboração de todas as forças políticas, porque no Montijo se alterou e com a perda da maioria do PS, foi possível hoje aquilo que há muitos anos vínhamos colocando, que era a descentralização das assembleias municipais, dando corpo à política de proximidade.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), ainda no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **A SAÚDE É UM DIREITO E NÃO UM NEGÓCIO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“O direito à saúde é uma conquista de Abril que a Constituição da República Portuguesa consagra. -----

A freguesia de Sarilhos Grandes, com uma população de idade média avançada e considerando a distância a que se encontra dos serviços públicos de saúde, torna, cada dia que passa, mais premente, necessário e justo que no âmbito e



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature or initials in the top right corner.

no quadro do Serviço Nacional de Saúde seja instalada uma extensão do Centro de Saúde em Sarilhos Grandes. -----

A população de Sarilhos Grandes já manifestou, de várias formas, a sua vontade de querer que seja instalada a extensão do Centro de Saúde, correspondendo a uma sentida necessidade e mais que justa aspiração. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 23 de setembro de 2016, delibera: -----

Exigir das entidades competentes/Governo a instalação de uma extensão do Centro de Saúde na freguesia de Sarilhos Grandes.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, ainda no uso da palavra, leu uma **INTERVENÇÃO POLÍTICA**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Existe um conjunto vasto de situações na freguesia de Sarilhos Grandes que a sua resolução se arrasta há anos, que são do seu conhecimento e que urge encontrar soluções e executá-las. -----

Estas referidas situações foram-lhe transmitidas em reuniões e visitas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, o meu camarada Joaquim Batalha, e pela população, ao longo dos dezanove anos consecutivos que V. Exa, tem na Câmara Municipal como Vereador, Vice-Presidente e Presidente. -----

Por mais que o senhor Presidente faça a política da vitimização, tentando alegadamente ludibriar as populações, a verdade dos factos falam por si, não permitindo ocultar as suas responsabilidades políticas. -----

Indo ao concreto de algumas dessas situações passo a referir: -----

Na Estrada Nacional, nomeadamente, do cruzamento da Estrada dos Paulinos à



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E

Broega, para quando a implementação dos passeios, para salvaguardar a segurança dos peões? -----

Na Broega, desde as traseiras do abrigo da paragem de autocarros até à estrada do Poço Novo, para quando a sua pavimentação? -----

Os antigos lavadouros e zona adjacente, para a quando a sua reabilitação como um espaço ao serviço da população e com zona verde, conforme lhe foi solicitado pela Junta de Freguesia? Já avançou com algum estudo? Deu conhecimento à Junta de Freguesia ou nada fez? -----

Para quando a pavimentação da ligação da Rua da Democracia ao Bairro Marreco, porque, como é certamente do seu conhecimento, tem tráfego intenso? -----

Para quando a pavimentação da Rua dos Caçadores no Bairro do Marreco? -----

Para quando a conclusão da pavimentação da Rua do Pinheiro até à Estrada dos Paulinos? -----

Junto ao entroncamento da Estrada dos Paulinos com a Estrada de Quatro Marcos existe uma estrada de terra batida a que a população pretende dar o nome “Rua dos Balseiros” e reclama há anos a sua pavimentação. Para quando? A requalificação da zona ribeirinha de Sarilhos Grandes proporcionando condições de lazer à população; o funcionamento adequado do Parque de Merendas e a ligação rodoviária a Sarilhos Pequenos através da Ponte. Para quando? -----

Em frente à Escola Primária da Lançada o espaço que existe até à sede da coletividade “VASCO DA GAMA” onde se prevê a construção de um polidesportivo e de um parque infantil qual é o ponto da situação? Que fez? -----

Para quando a pavimentação da Rua do Porto da Hortinha? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
P
H

O estudo e reabilitação do Parque Infantil da Lançada em que estado está? -----
Quando inicia a recuperação do Parque dos Triângulos existente no Bairro Novo,
que V. Exa visitou com o Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e
se comprometeu? -----

O campo de jogos do “Juventude” necessita de um piso sintético para que a
coletividade possa desenvolver um projeto junto das camadas jovens. Para
quando? -----

Muito mais haveria para dizer porque são muitas as situações por resolver na
freguesia de Sarilhos Grandes, da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Mas o que aqui listámos demonstra à evidência a discriminação negativa da
gestão PS na Câmara Municipal à população de Sarilhos Grandes. -----

A situação só não é mais grave, porque os eleitos da CDU na Junta e Assembleia
de Freguesia de Sarilhos Grandes, Assembleia Municipal e a Câmara Municipal
têm veemente protestado contra tal situação, denunciando e exigindo o seu
fim. -----

Quando comparamos a atitude política da gestão do PS na Câmara Municipal
com outras freguesias, não é para dizer que as outras freguesias têm mais, mas
sim para afirmar que Sarilhos Grandes tem a menos e para exigir mais respeito
pelos sarilhenses. -----

Porque os sarilhenses sabem e sofrem na pele aquilo que lhe tem sido feito pela
gestão PS na Câmara Municipal, que para além duma discriminação injusta e
inaceitável, as obras em sarilhos Grandes é uma MÃO CHEIA DE NADA. -----

É cada vez mais clara a necessidade imperativa que a CDU ganhe a presidência
da Câmara Municipal para que não haja mais discriminação para qualquer
freguesia mas sim mais respeito por todas e pelas suas populações que o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto autárquico da CDU abraça num desenvolvimento económico, social, integrado e harmonioso ao serviço das populações. -----

Da nossa parte, queremos reafirmar que connosco os sarilhenses podem sempre contar.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra saudou o início das assembleias municipais descentralizadas, pelo sinal de proximidade em relação às populações e saudou particularmente a população de Sarilhos Grandes, bem como a AMUT. De seguida leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, intitulada **DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA NÃO É SÓ PALAVRA, É AÇÃO. ABERTURA DO NOVO ANO LETIVO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Teve início o ano letivo de 2016/17. As aulas começaram, para todos os alunos, entre os dias 9 e 15 de setembro. -----

O ano letivo iniciar **mais cedo**, a tempo e horas, com **horários conhecidos e professores colocados**, não deveria ser motivo de júbilo. -----

Porém, dadas as sucessivas anomalias do passado recente, **constitui um alívio e uma boa notícia para Professores, Pessoal não docente das escolas, Pais e Encarregados de Educação e, sobretudo, para mais de 1 milhão e 200 mil crianças e jovens** que frequentam o ensino público, em Portugal. -----

Posto isto, foquemos rapidamente algumas importantes medidas que marcarão o ano letivo e que constituem instrumentos fundamentais para a reversão da política de destruição da escola pública levada a cabo pelo anterior governo, com o ex-ministro Nuno Crato. **Porque defender a Escola Pública não são só palavras, é ação.** -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
P
H

Vejamos 3 medidas: -----

1- Graças à colocação de mais 500 professores e à diminuição dos horários zero, mais 1500 docentes destacados e contratados (em relação aos anos anteriores) iniciaram as suas aulas na abertura do ano letivo. -----

É uma mudança significativa e que, conjugada com uma melhor organização, garantiu também a redução de alunos por turma, em média, sendo que cerca de 42% das turmas têm até 20 alunos. -----

Não, o número de alunos por turma não é indiferente. Turmas demasiado grandes impedem, pela parte dos docentes, a adoção de medidas curriculares e pedagógicas para os alunos com maiores dificuldades ou ritmos de aprendizagem mais lenta. Portanto, um ensino baseado na igualdade de oportunidades **não** aumenta o número de alunos por turma, como aconteceu nos últimos anos. -----

Como este ano, tende, antes, a **diminuir**. -----

2- **O combate ao insucesso e exclusão precoce que passa por:** -----

a) A implementação do **Programa de Promoção do Sucesso Escolar**, cujos **Planos de Ação Estratégica** são elaborados em cada escola / Agrupamento, a partir dos seus problemas e das suas realidades específicas. -----

Os Planos de Ação Estratégica são centrados no trabalho concreto com cada turma e na importante função do Diretor de turma, não só como agente privilegiado no trabalho de proximidade com os alunos e na ligação às famílias, mas principalmente na assunção de uma intervenção de gestão e orientação curricular da turma e na



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Pez

dinamização de uma regular reflexão sobre a eficácia e adequação das metodologias. -----

O Programa de Promoção do Sucesso Escolar, apoiando medidas de combate ao insucesso educativo em cerca de 800 escolas, vai no sentido de uma **política inclusiva** e apostada na **melhoria das aprendizagens**. O sinal é claro: nenhuma criança, nenhum jovem, será deixada para trás. -----

- b)** A introdução da figura do **Tutor**, que, neste ano, irá acompanhar cerca de 25 mil alunos com maiores dificuldades, privilegiando a pedagogia individualizada, que garante maiores certezas de sucesso educativo. -----

O apoio tutorial a alunos com um historial de retenção é uma medida que visa possibilitar um trabalho de acompanhamento permanente, de modo a encontrar respostas adequadas para as dificuldades específicas. (Disp. Norm. n.º 4-A/2016 A de 16 de junho) -----

- 3- A gratuidade dos manuais do 1º ano do 1º ciclo**, uma medida que o Governo pretende estender aos 4 anos deste ciclo. Há demasiado tempo que o preço dos manuais escolares é um fardo pesadíssimo no orçamento das famílias. Responder a um problema há muito conhecido, diminuindo progressivamente os encargos das famílias com a educação, é uma medida central para garantir maior igualdade e justiça no acesso à educação. -----

Porém, além das importantes medidas governamentais, existe um trabalho local, a levar a cabo pelas autarquias, em prol da educação, da qualidade de ensino e da igualdade de oportunidades. Neste aspeto, o concelho do Montijo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
E
H

persegue, através da vereação do executivo do Partido Socialista, a seriedade, a responsabilidade e a excelência na Educação. -----

Ainda durante o ano letivo anterior, tendo o Ministério da Educação promovido formação especializada para a implementação do Programa de Promoção do Sucesso Escolar, destinado aos agentes educativos a envolver diretamente (esta formação foi, na nossa zona pedagógica, organizada a partir do CENFORMA – Centro de Formação de Professores de Montijo e Alcochete) a Câmara Municipal do Montijo foi a única a fazer-se presente, através de duas técnicas superiores da área da educação, que frequentaram a totalidade do curso, conjuntamente com os docentes e os diretores das escolas associadas. Deu, assim, um sinal da seriedade e do trabalho de empenho e qualidade, como as funções educativas transferidas para o município, são encaradas. Mostrou que a defesa da Escola Pública é, para a nossa Câmara Socialista, **não só palavras, mas ações, atos.** -----

Durante a interrupção letiva fizeram-se as seguintes obras, a fim de melhorar as condições dos equipamentos escolares: -----

Reabilitação da E.B. Novos Trilhos – Atalaia – no valor de 76 763,86 € (substituição da cobertura de fibrocimento e pintura interior e exterior). -----

Com esta substituição de cobertura terminámos o processo de substituição das coberturas de amianto nas escolas básicas e jardins de infância do concelho. ----

Obras de Recuperação da Escola Básica do Areias e pintura interior e exterior. Colocação de toldos que permitem a cobertura da passagem entre o JI e o refeitório (no valor de 48 561,36 €). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Substituição do pavimento de 4 salas de aula na EB Joaquim de Almeida e EB Luis de Camões e pintura das paredes, no total são oito salas (valor de 51 869,32 €). -----

Aquisição de mobiliário para EB e JI (no valor de 34.276,41 Euros). -----

As crianças inscritas no Pré-escolar de 4 e 5 anos de idade tiveram todos entrada, abrindo-se para tal mais uma sala de Pré na EB Joaquim de Almeida. ---

Os alunos condicionais (que fazem 6 anos até 31 de dezembro) inscritos e que os pais autorizaram entraram todos, abrindo-se mais uma sala de 1º. Ciclo na EB da Caneira. -----

As AECs iniciaram-se no dia 19 do corrente, após todos os procedimentos de seleção e contratação, da responsabilidade da Câmara Municipal do Montijo. ---

Defender a escola pública não é só palavra, é ação. -----

Não podemos deixar de destacar, na abertura deste ano letivo, também a atividade dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, que integram a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, conjuntamente com membros da Juventude Socialista, que visitaram Escolas e Agrupamentos de escolas, inteirando-se das dificuldades e oportunidades existentes no terreno. Foi o caso da visita à Unidade de Multideficiência do Agrupamento de Escolas da Lousã, paradigmática no trabalho de inclusão de crianças portadoras de Multideficiência e necessidades educativas especiais. -----

Estas comissões efetuaram, ainda, reuniões com Sindicatos de Professores e com a Associação Nacional de Professores Contratados, inteirando-se dos seus problemas e expectativas, inseparáveis de uma escola pública integradora, forte e de qualidade. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
E
H

O diálogo é a democracia em ação; é a matriz da capacidade de melhorar e, no que concerne à educação, há sempre um caminho a percorrer, há sempre necessidades de melhoria, desde que exista a determinação política de defender a Escola Pública como ferramenta essencial no combate às desigualdades, na promoção da igualdade de oportunidades, na justiça social e na independência cultural dos povos. -----

Porque defender a escola pública não é só palavra, é ação. -----

Bom ano letivo!" -----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)**, no uso da palavra, disse: “É com muito gosto que estamos hoje aqui nesta sala histórica, aprovado por todos nós o início do novo ciclo de descentralizar as assembleias municipais e é uma política que se deve manter e diversificar pelas outras freguesias do concelho. -----

Quanto às questões que quero colocar prende-se com os locais para onde os donos dos cães devem e não devem passear com os seus animais. Numa assembleia municipal eu fiz uma proposta e questionei o senhor Presidente se existia algum local onde as pessoas pudessem usufruir de um espaço livre na companhia dos seus animais de companhia. Na altura foi-me respondido que não havia nenhum local, com essa especificidade. Se calhar está na altura de apresentarmos ou de o senhor Presidente nos apresentar um local desse tipo. – Tenho visto em alguns municípios da AML (Área Metropolitana de Lisboa), espaços próprios para esse fim. Gostava de saber se existe alguma previsão de resolução para esta situação. Também sei que algumas pessoas não têm regras cívicas de limpeza dos dejetos dos seus animais, mas isso faz parte da nossa



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
B

sociedade. -----

A seguinte questão prende-se com o facto de que na Rua José Joaquim Marques, existe parte de um edifício devoluto que ruiu e a Proteção Civil colocou um gradeamento para salvaguarda dos peões, ao lado também existe um edifício em muito mau estado. Mas esta situação já se prolonga há muito tempo. Qual é a previsão? Vão demolir o edifício? Já intimaram o proprietário para resolver esta questão? Quando se vai retirar o gradeamento que está a inibir a circulação de peões, carrinhos de bebés, cadeiras de rodas, etc. -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Começo por fazer referência às informações da Mesa da Assembleia Municipal e quero afirmar que em todos os momentos temos como linha de atuação a dignificação da Assembleia Municipal é nessa sequência que temos dado todo o apoio logístico a esta Assembleia Municipal descentralizada. Grande parte do apoio que está aqui foi atribuído pela Câmara Municipal, tentámos responder a todas as solicitações quer da Presidente da Assembleia Municipal, quer dos Deputados Municipais. Temos suportado todos os custos da Assembleia Municipal, bem como todas as iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas. ---- Quanto à última informação da Mesa e que foi proferida pela senhora Presidente da Assembleia, que refere a questão dos regulamentos municipais, não são regulamentos, são anteprojetos para alteração de novos regulamentos municipais. Essa proposta foi a reunião de câmara e foi rejeitada, quer pela CDU, quer pelo PSD, com as razões que são conhecidas. Isto levou-nos a fazer uma consensualização desses anteprojetos. Portanto, o que remetemos à Assembleia Municipal mais recentemente foram esses anteprojetos, idênticos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

aos que eram os anteriores. Assim, não vale a pena estarmos a enviar os anteriores. Finalizar dizendo que nós continuamos com esta linha de atuação e que dignifica a Assembleia Municipal e que vamos continuar a cumprir, obviamente que estamos sujeitos a opiniões diversas de como lidamos com estas questões. -----

Quanto às situações colocadas pelos senhores deputados, nomeadamente a deputada Filipa Mota, sobre a questão da escola pública, o Município do Montijo, felizmente em vários mandatos, este e outros anteriores em que participei, sempre houve um trabalho ao longo dos tempos, muito significativo e de excelência na recuperação das escolas e na dignificação da escola pública. Desconhecemos as questões que referiu sobre o jardim-de-infância de Pegões, sobre insalubridade, pois esse jardim-de-infância já teve uma intervenção e foi melhorado. Mas, vamos tentar resolver esses problemas que descreveu. Dizer ainda que este ano fizemos um grande desenvolvimento, nomeadamente nas infraestruturas do 1º ciclo e também do pré-escolar de modo a que a abertura do ano escolar não houvesse qualquer dificuldades e finalizámos a substituição de coberturas de fibrocimento. Quanto à falta de equipamento informático, estamos a fazer um levantamento de todos os equipamentos necessários às escolas, porque o existente é bastante diversificado e iremos informatizar todas as salas de aula. Em primeiro lugar as necessidades mais urgentes, é um processo que está a ser desenvolvido de uma forma objetiva e organizada, a fim de termos um parque informático o mais atualizado possível. Quanto ao início das obras iremos avaliar o mais rapidamente possível a fim de serem resolvidos. Quanto à questão colocada pelo senhor deputado Avelino Antunes sobre a freguesia de Sarilhos Grandes e muitas obras que ao longo dos anos foram



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

reclamadas, já são conhecidas e algumas até discutidas com o senhor Presidente da junta de Freguesia, como sabe são obras que estão a ser feitas, sendo certo que por muito que quisesse a Câmara Municipal, não tem tido a possibilidade de as resolver a todas, mas também não estamos parados. Ainda recentemente inaugurámos a Estrada Fernando Pessoa, uma estrada que estava por asfaltar há muitos anos na freguesia de Sarilhos Grandes. Ainda este mês atribuímos equipamento à freguesia. Há sempre coisas a fazer. Quanto ao Campo da Juventude, este campo está localizado num terreno que é privado, portanto, não é possível a Câmara Municipal desenvolver um relvado sintético. O Futebol Clube Juventude sabe isso, o espaço da coletividade do Vasco da Gama também é privado e também não é possível desenvolver nada sem o acordo com os proprietários. A Câmara Municipal teve em tempos um acordo com os proprietários para resolver este problema, mas depois fruto da crise urbanística da construção, não avançou. Temos apoiado melhorias na sede. Quero afirmar aqui que existe muito respeito pelos Sarilhenses e não existe nenhuma discriminação. -----

Quanto à questão do deputado Ricardo Caçoila sobre os cães, existe uma evolução desde a última vez que colocou essa questão, existe um acordo que não foi pacífico, porque uns moradores queriam, outros não, que é um espaço no Saldanha que antigamente era para fazer uma antiga zona para atividades desportivas e agora está específico para os cães. Quanto à Rua Joaquim Marques a perspetiva é a demolição, vai ser desenvolvido pela Câmara Municipal um concurso para a demolição, tivemos que enquadrar juridicamente esta questão, tendo em causa a perigosidade do edifício. Aquele edifício é de uma entidade credora e neste momento está a ser desenvolvido o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
H

procedimento administrativo para essa demolição. Quanto à ciclovia Montijo/Pinhal Novo é uma das obras que nos candidatamos - Portugal 2020 e está inserida numa das propostas que vem a esta Assembleia Municipal, que é o PEDU. É aqui que está contemplado a ciclovia até ao Pinhal Novo, vai ter 50% de financiamento e estamos a contar lançar eventualmente o procedimento administrativo no fim do ano ou logo no início do novo ano.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Queria lembrar aos senhores deputados que a Assembleia Municipal dispõe de um orçamento próprio, apresentou um Plano de Atividades e respetivo Orçamento, que poderá ser naturalmente reforçado, mas todos deveríamos ter consciência que as assembleias municipais não vivem de favores dos presidentes das Câmaras Municipais. Tem nos termos da lei um orçamento e devemos ser parcimoniosos, rigorosos, dar conta e ser transparentes. Mas atenção, não existe aqui nenhum favor do senhor Presidente da Câmara para com a Assembleia Municipal.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Esta era a hora de eu dizer que estava muito contente de me receberem aqui nesta casa e que vínhamos aqui desenvolver a democracia, aquelas conversas que estão habituados. Quero dizer aos senhores munícipes que não fiquem tristes por não verem os vossos assuntos resolvidos. No Montijo é mesmo assim, atualmente a gente promete mas não faz. -----

Quanto ao senhor munícipe Francisco Rebelo que tem umas calçadas para colocar, o senhor Presidente da Câmara diz que não sabe onde é, mas no entanto andou a passear de trator na freguesia. Quanto aos postes da EDP que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AVA
E

o senhor munícipe Cândido falou, temos a resposta do costume, isso é com a EDP, não é com a Câmara Municipal. Os holofotes do Monumento dos Combatentes no Montijo arderam e sabem de quem foi o problema? Da EDP, disse o senhor Presidente da Câmara. -----

Aquele senhor que está ali sentado e que se chama Nuno Canta e que é Presidente da Câmara Municipal do Montijo, não tem responsabilidades nenhuma sobre nada que ocorre neste município. Só tem responsabilidades daquilo que é bom e leva sempre o fotógrafo atrás para tirar fotografias e colocar no jornal. Para isto temos um excelente Presidente de Câmara. Boa pessoa, não duvido. -----

Quanto à ciclovia Montijo/Pinhal Novo, eu numa Assembleia Municipal há cerca de um ano, coloquei esta questão ao senhor Presidente da Câmara e foi-me respondido, pelo próprio, que não se ia fazer porque não se tinha chegado a acordo com o município de Palmela. Agora foram à “gaveta” e tiraram uns projetos que estão por fazer e vai tudo para o Portugal 2020. Esta é a realidade. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pegões, arranja o telhado da Junta de Freguesia, mas não arranja o telhado do jardim-de-infância. Isto é que é um exemplo de democracia. -----

Quanto aos regulamentos, vejam, já está tudo resolvido, mas acho que não está e foi aqui afirmado pelo senhor Presidente que está. -----

Há algum tempo atrás, perguntei também ao senhor Presidente sobre o estado das comportas da zona ribeirinha e que precisava de uma intervenção rigorosa. Lembra-se o que o senhor Presidente me disse, que era um problema de massa consistente. Também perguntei sobre os protocolos do Montepio, nomeadamente os arranjos exteriores são cerca de 180 mil euros. Há anos que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E
H

solicito que coloquem umas correntes, nas rampas de acesso aos barcos onde atracam as procissões, aquilo é um perigo especialmente para as crianças. -----
O senhor Presidente tem sempre uma resposta e uma solução para tudo, mas não é capaz de arranjar mais um funcionário para a assembleia municipal e até faz parecer que o que dá à assembleia municipal é um favor seu, quando a lei é específica e diz que os trabalhadores da Assembleia Municipal são afetados pela Câmara Municipal. -----

Para finalizar tenho duas questões para colocar: O que se passa com o espaço do restaurante da Montiagri e com o espaço de restauração da Quinta do Saldanha. São dois espaços públicos, que são da responsabilidade da Câmara Municipal e deviam de algum modo dar rendimento, atividade servir o concelho e ambos se encontram encerrados?” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, leu uma **MOÇÃO**, intitulada **A MOBILIDADE É UM DIREITO DAS POPULAÇÕES**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A mobilidade é um direito das populações que a Constituição da República Portuguesa consagra, nomeadamente, na alínea a), do artigo 65º, que postula o seguinte: -----

“Devem as autoridades competentes programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamentos sociais”. -----

O Concelho de Montijo não cumpre esses requisitos. A rede de transportes é insuficiente, com horários que não correspondem às necessidades das



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

populações, com zonas sem transportes, situação que se agrava com a supressão de várias carreiras nos TST, ao mesmo tempo que aumentam os custos dos transportes. Em relação ao transporte fluvial (TRANSTEJO) assiste-se à mesma política, isto é, cancelamento de carreiras, alteração de horários e aumento dos custos para os utentes. -----

Agrava ainda mais a situação o estado caótico da manutenção dos autocarros e dos barcos, a falta de autocarros, prejudicando os utentes e os trabalhadores, tudo isto fruto da política de liberalização e privatização que só visa o lucro, pondo em causa os direitos dos utentes e dos trabalhadores. -----

Um exemplo do estado degradante ao que chegou o setor dos transportes no nosso concelho é o facto do encerramento da estação rodoviária na cidade do Montijo a partir das 19 horas e durante todo o dia nos sábados e domingos, numa clara e manifesta falta de respeito pelos utentes. -----

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida em Sarilhos Grandes, na coletividade da AMUT, no dia 23 de setembro de 2016, delibera: -----

Apelar à concretização de uma política de mobilidade sustentável, promovendo a atratividade dos transportes coletivos, elevando o padrão de qualidade dos transportes, e a preços justos, que passa, entre outros, pela renovação da frota de transportes e pela sua adequada manutenção, pelo reforço das acessibilidades, criando uma rede de transportes que cumpra o desígnio de serviço público e a criação de um passe social único para a área metropolitana de Lisboa a preços socialmente justos; -----

Manifestar o seu mais profundo protesto à administração dos TST pelos prejuízos que causa aos utentes e trabalhadores, pelo horário praticado na



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
B
H

estação rodoviária na cidade do Montijo que é a prova provada da forma desumana como trata os utentes de transportes.” -----

Ainda no uso da palavra, leu um **REQUERIMENTO**, cujo teor se transcreve: -----
“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montijo, vêm requerer através da Mesa da Assembleia Municipal, no âmbito e no quadro das competências da Assembleia Municipal, órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, o envio em ficheiros informáticos com a gravação áudio, em formato MP3, de cada sessão da Câmara Municipal, realizadas desde o mês de abril passado até à data.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra, fez uma **INTERVENÇÃO**, cujo teor se transcreve: -----

“ Senhoras e Senhores deputados municipais; -----
Trazer a esta Assembleia Municipal o Brasil, as razões, as causas e as consequências do 1º golpe de Estado parlamentar do século XXI pode parecer descabido, desinteressante e até inoportuno mas só o será assim para quem ainda não percebeu os efeitos da globalização nas realidades nacionais e locais. O que se passou e está a passar no Brasil só parecerá estranho àqueles que veem tudo desligado e não querem tirar lições das experiências que podem acontecer em qualquer realidade política com as devidas adaptações. -----
Compreender **as razões**, **as causas** deste golpe de Estado, **quem o desencadeou**, **porque o fez**, **quais as principais lições** a tirar do mesmo é importante e útil para esta AM. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AVA
E

O que verdadeiramente aconteceu no Brasil foi um golpe de Estado parlamentar com o objetivo de destituir fraudulentamente a Presidente Dilma Rousseff. -----

O método empregue pelos golpistas é diferente, mas repete as tramas diabólicas utilizadas contra Getúlio Vargas, ou João Goulart. -----

Conforme demonstrou a Senadora Vanessa Grazziotin, em voto separado, não há qualquer participação da Presidente Dilma na operacionalização do plano Safra, nem qualquer crime de responsabilidade fiscal nesses fatos. -----

Mas mesmo que houvesse, digo eu, ela teria feito o que todos os presidentes dos EUA, desde Reagan fizeram e continuam a fazer, o mesmo se passando com outros presidentes e primeiros-ministros um pouco por todo o mundo. -----

Não é por acaso que o Senado no mesmo julgamento em que cassou o mandato da Presidente Dilma, manteve os seus direitos políticos. A preservação desses direitos é uma clara demonstração da sua inocência. -----

A verdadeira razão desta destituição não está nem nunca esteve na alegada transferência de empréstimos de bancos públicos para o Tesouro com o objetivo de disfarçar o déficit público brasileiro. -----

O verdadeiro objetivo do golpe, gerado por forças externas e internas, é diminuir a influência do Brasil em toda a América Latina, de forma a liquidar a região como força internacional crescente e independente das grandes potências, principalmente dos EUA. O Brasil é a 7ª maior economia do mundo e o 5º maior em termos territoriais. -----

A nível interno o objetivo é atacar os direitos laborais, acabar com a política de aumento do salário mínimo e **reformular** a Segurança Social no sentido de atacar os direitos dos aposentados. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Até agora, o governo ilegítimo de Temer já extinguiu o Fundo Soberano e sacou todo o seu valor para abater a dívida interna. Tudo para transferir à pressa riqueza nacional para os bolsos da finança internacional. -----

Aproveitando a onda das privatizações e o ataque aos direitos laborais, o presidente da Confederação Nacional da Indústria já sugeriu que o horário de trabalho passasse para as 80 horas semanais, algo inédito e muito próximo do que existia no período da escravatura. -----

Mas afinal quem são os principais autores e mandantes deste golpe de Estado? - À cabeça está Eduardo Cunha, um dos símbolos da corrupção no país que, em conluio com o atual presidente, desencadeou o processo de destituição. -----

No passado dia 12, a Câmara de Deputados decidiu por larga maioria, destituir o mandado de Eduardo Cunha, acusado de “falta de decoro parlamentar” e de ter sido apanhado a mentir a uma comissão de inquérito, quando negou possuir contas bancárias na Suíça, provenientes do negócio do alegado esquema de corrupção na Petrobrás. Este cabecilha do golpe contra Dilma tem ainda o seu nome associado ao escândalo dos Panama Papers e está sob investigação do Supremo Tribunal. -----

É preciso recordar também que 58% dos senadores que votaram a destituição da Presidente Dilma Rousseff estão sob investigação criminal ligados ao lava jato e a crimes financeiros de lavagem de dinheiro e corrupção. -----

O próprio Michel Temer, atual presidente em exercício, foi recentemente multado por violar limites financeiros na última campanha eleitoral. Temer está afundado no pântano da corrupção e acusado de fazer parte de um esquema ilegal de compra de etanol. Quase 60% dos brasileiros consideram que ele devia ser impedido de governar. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E

Mas será que Dilma Rousseff não tem responsabilidade alguma no que lhe está a acontecer? Tem e a principal responsabilidade da Presidente foi julgar que seria possível fazer uma política de austeridade para servir o capital financeiro e, ao mesmo tempo, satisfazer os direitos do trabalho. Ao adotar uma política liberal Dilma julgou que mataria dois coelhos com uma só cajadada: A direita estaria com ela na medida dos seus interesses e a esquerda julgaria que tudo seria pior com a direita no poder. Puro engano, ao querer estar bem com Deus e com o diabo e ao praticar uma política de direita em matéria económica em troca de importantes mas minguados programas sociais, Dilma não conseguiu mais do que a digestão moral da pobreza. -----

Em nome da esquerda responsável, Dilma e o PT inventaram o lema, tão caro à direita da austeridade, de que o Estado deve caber dentro do orçamento. Só que esta obsessão pelo défice e pelas contas em dia obrigou o povo a uma austeridade permanente e, ultimamente, a milhares de desempregados, como aconteceu em Portugal. Para essa esquerda, assim como para a direita, e no que à dívida pública diz respeito, é mais fácil culpar as vítimas pelos crimes dos algozes do que responsabilizar os criminosos. É mais fácil considerar os défices maus, quando é para pedir sacrifícios à maioria dos brasileiros, mas reportá-los de bons e virtuosos quando se trata de acudir à falência e aos crimes das instituições financeiras. A dívida pública transformou-se assim num negócio de milhões para o capital financeiro e num calvário para a maioria dos cidadãos. ----
Senhoras e senhores deputados, uma das lições a tirar de todo este processo no Brasil é que uma política ao agrado da direita não pode ser vendida como uma política de esquerda. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

Por outro lado, é preciso distinguir aliados honestos e sérios daqueles que só o são de nome e, por isso, espreitam a melhor oportunidade para atacar e reverter os direitos conquistados. -----

Por último, a ideia de que nenhum governante pode produzir défices, de que qualquer governo se deve orgulhar das contas em dia, especialmente em tempo de crise, constitui uma falácia, porque esse acerto das contas está em linha com os milhares de desempregados e de falências, com os milhares de emigrantes e com a imposição de políticas permanentes de austeridade. -----

O próprio FMI ainda em 2013 foi obrigado a contrariar a cartilha neoliberal admitindo que um euro empregue na redução da despesa pública diminui a atividade económica em mais de um euro. -----

No entanto, para esses predestinados da austeridade as contas podem até não estar em dia, pode até haver dívida pública e défice desde que seja para pagar a má gestão, a corrupção e os crimes financeiros praticados por algum setor financeiro. -----

Senhoras e senhores deputados, o Brasil que sempre resistiu à ditadura e lutou pela liberdade não é o Brasil de Temer, Eduardo Cunha, Bolsonaro Malafaia ou Alkmin, como o Portugal democrático, igual e desenvolvido não é o daqueles que querem que a evolução da economia continue orientada pelo jogo de interesses da finança liberalizada, da banca e das grandes multinacionais.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco (PSD)**, no uso da palavra, colocou a seguinte questão ao Executivo Municipal: “Gostaria de saber qual a periodicidade das vistorias técnico sanitárias em estabelecimentos de comércio de carnes e seus produtos, bem como vistorias técnico-sanitárias em



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA
E

estabelecimentos de comércio de retalho em produtos de pesca? Gostaria também de saber se essas vistorias só se aplicam em estabelecimentos sem número de controlo veterinário ou se aplicam a todos os estabelecimentos?" ---

Seguidamente, ainda no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO POLÍTICA**, intitulada **REDUÇÃO DO IMI E DOS ENCARGOS PARA AS FAMÍLIAS**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Na linha do seu programa autárquico, o PSD Montijo entende que o Município do Montijo, sem prejuízo do cumprimento das correspondentes obrigações financeiras, deve desagrar fiscalmente os residentes e as famílias do concelho, incluindo por intermédio da redução da taxa base do IMI aplicável à generalidade dos prédios urbanos. Isto, designadamente, como modo de atrair mais pessoas e atividade para o nosso concelho. -----

Tanto mais que os números e a evolução das receitas de IMI e outras no concelho permitem claramente a redução como tem sido constantemente vinculado pelos relatórios da CMM. -----

Em 2016, a taxa média de IMI cobrada pelos municípios foi de 0,354%, bastante inferior à taxa aplicada pelo município de Montijo que foi de 0,45%. Dos 308 municípios só 32 têm taxas superiores ao Montijo e as mesmas são devidas na sua grande maioria por impossibilidade de baixar as mesmas devido a situações financeiras, situação que não se aplica ao município do Montijo, assim restam 276 municípios equiparáveis ao município do Montijo. Destes 276 onde se incluem o município do Montijo só 270 aplicam taxas inferiores, sendo que 137 aplicam a taxa mínima. -----A

somar à redução da mencionada taxa base do IMI, temos uma redução do IMI,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E
M

no caso dos imóveis detidos e habitados pelas famílias montijenses com filhos e/ou outros dependentes a seu cargo, redução essa de 20 euros para agregados com 1 dependente a cargo, de 40 euros para agregados com 2 dependentes a cargo e de 70 euros para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo. A intenção de manter este mecanismo é o de permitir baixar a fatura do IMI dos agregados com filhos a cargo incentivando a natalidade. -----

Ora, é neste sentido, e considerando os interesses dos montijenses, das famílias montijenses e da promoção e desenvolvimento do concelho, que os eleitos do PSD para a Assembleia Municipal do Montijo, consideram o seguinte: -----

1. Que na elaboração da Proposta para a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2017, e porque já não estamos em austeridade, seja contemplada uma redução responsável e equilibrada da Taxa base do IMI aplicável aos prédios urbanos, passando do atual 0,45% para um valor que coloque o município do Montijo dentro dos valores médios praticados em Portugal, entre 0,35% e 0,40%; -----
2. Que na elaboração da Proposta para a Taxa do imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2017, seja novamente contemplada uma redução do IMI aplicável no caso dos imóveis detidos e habitados pelas famílias montijenses com filhos e/ou outros dependentes a seu cargo." -----

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha** (CDU), no uso da palavra disse: “ Quero agradecer o facto de a primeira reunião da assembleia municipal descentralizada se realizar na minha freguesia e sejam bem-vindos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à questão colocada pelo primeiro munícipe, sobre a calçada, o senhor Presidente da Câmara disse aqui que não conhecia o local e eu sei que o senhor Presidente conhece o local, porque ambos estivemos em novembro quando veio fazer uma visita à freguesia, nós estivemos em frente à casa deste munícipe e o senhor Presidente até disse que era urgente o calcetamento desde a estrada da Broega até à Estrada dos Paulinos, porque não havia passeio e era um perigo para a população. Outra questão que aqui foi referida sobre o parque infantil, isto não se resolve com a sua resposta, isto não é só um problema de segurança. Aquele parque infantil tem que ser todo reformulado, os moradores daquela zona não querem o parque naquelas condições.” -----

Continuando no uso da palavra, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha**, leu uma **INTERVENÇÃO**, cujo teor se transcreve: -----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Deputados, -----

População de Sarilhos aqui presente, Boa noite, -----

Agradeço a presença na nossa freguesia desta reunião descentralizada do Órgão Autárquico. -----

Passaram quase três anos e eis que finalmente, chegou o trator a Sarilhos Grandes, um equipamento que deveria ter sido entregue aquando da assinatura do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal do Montijo e a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, em agosto de 2014, foi pela pressão e luta, que



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
P
H

Sarilhos Grandes dispõe de um trator ao serviço da freguesia, mas continuamos com alguns problemas adjacentes à entrega deste equipamento e que gostaríamos de ver resolvidos rapidamente para podermos rentabilizar o equipamento tão necessário à nossa freguesia. -----

Nunca soubemos que tipo de trator nos seria entregue e que tipo de equipamentos traria, apesar de termos em tempo apresentado um orçamento de uma empresa com mais equipamentos do que os que nos foram cedidos. -----

A falta de um trabalhador na nossa freguesia com carta de condução de pesados, e que é do conhecimento da Câmara Municipal, vai inviabilizar de imediato a condução do trator com o respetivo atrelado. -----

O facto de nunca sabermos a data da entrega do trator, prometido desde novembro de 2013, e indicadas algumas previsíveis datas, que nunca foram cumpridas, não permitiu arranjar as alternativas para uma utilização plena no momento da entrega. -----

O facto de a Câmara Municipal nunca ter promovido uma reunião com a Junta de Freguesia antes da conclusão do concurso para aquisição do equipamento, limitou a discussão das questões que estão adjacentes à utilização do mesmo, estou a falar de arranjar um ou dois trabalhadores com condições objetivas para conduzir o trator com atrelado e com carta de condução de pesados, promover formação atempada a esse ou esses trabalhadores para a obtenção do certificado como manobreadores de máquinas. -----

Continuamos com um problema grave que esta Câmara Municipal e este Executivo Camarário ainda não percebeu e que eu tenho vindo a alertar, faltam canais de comunicação eficazes e de resposta pronta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, não sei se passa-se o mesmo com os



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P

meus colegas das outras Juntas de Freguesia aqui presentes, se não se passa, então continuamos com falta de igualdade de tratamento para com a Freguesia de Sarilhos Grandes relativamente às restantes freguesias do concelho. -----

Estou a falar de questões muito concretas, nomeadamente de algumas intervenções de pessoal da Câmara Municipal ou empresas contratadas na Freguesia de Sarilhos Grandes que não é dado conhecimento das mesmas à Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. São intervenções com gestão da Câmara Municipal que são iniciadas e concluídas, por vezes por denúncia ou pedido da Junta de Freguesia, que, por não ter sido solicitado o apoio da Junta de Freguesia, as intervenções concluídas não respondem às necessidades, e ao que foi combinado com o Executivo da Junta de Freguesia. Estou a falar da pintura das salas de aula da única Escola Básica de Sarilhos Grandes que ficou acordado a pintura do interior da escola, e, qual não foi o meu espanto depois de me terem indicado que as pinturas tinham finalizado, e numa deslocação à escola, olhei para os tetos que estavam ainda com teias de aranha, e, perguntei à auxiliar o porquê daquelas teias de aranha? Informou-me que os tetos não foram pintados só as paredes e um teto de uma sala que estava com infiltrações e humidade. -----

Nós já estamos habituados a só pintarem esta escola a metades, foi a sua fachada, foi o edifício contíguo onde está biblioteca e o refeitório. -----

Voltando ao tema em causa, sobre a entrega do trator ao serviço da Freguesia de Sarilhos Grandes, estranhámos que a entrega do mesmo não tenha sido acompanhada de um protocolo de uso do equipamento. -----

Quando abordada a Câmara Municipal para esta falta, foi-nos referido que o Presidente da Junta é que devia elaborar e apresentar uma proposta de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

protocolo, onde já chegou a desorientação e a falta de organização deste Executivo Camarário. -----

Sabem muito bem que esta Junta de Freguesia não tem nos seus quadros, nem no executivo nenhum elemento com formação jurídica, nem tem nenhum apoio jurídico avançado por não termos verbas para podermos despender para esse efeito. De qualquer forma solicitamos e continuamos à espera do respetivo protocolo de utilização e cedência do equipamento, e esperamos dar o nosso contributo para um documento que reflita os interesses das duas instituições, todos temos de conhecer as regras, para não haver dúvidas, agora e no futuro. Solicitamos a resolução do problema de pessoal para a condução do trator e atrelado, com a contratação de um trabalhador a ser suportado pela Câmara Municipal do Montijo, no seguimento de igualdade de tratamento com outras freguesias do concelho que com a necessidade de pessoal para a resolução dos seus problemas, viram esta Câmara Municipal, reforçar o pessoal alocado às suas freguesias. Penso que é possível tratar deste assunto rapidamente, para isso estamos ao dispostos a contribuir para a resolução rápida desta situação e dar resposta às preocupações dos Sarilhenses, na recolha rápida e eficiente do lixo grosso, na limpeza das bermas das estradas e caminhos rurais da freguesia, na eliminação das ervas daninhas que pululam por toda a freguesia, etc.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma **DECLARAÇÃO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Nesta Sessão Ordinária de setembro de 2016 (1.ª Reunião) da Assembleia Municipal de Montijo, realizada (às 21Horas) na Sede da “Academia Musical União e Trabalho”, em Sarilhos Grandes, na Freguesia de Sarilhos Grandes, O



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, -----

1. RELEVA a iniciativa do Executivo Municipal (a 14 de fevereiro de 2014, Proposta n.º 146/2014, e a 28 de maio de 2014 – Proposta n.º 234/2014 – em R. de CMM) da realização do Acordo de Execução que existe entre a Câmara Municipal de Montijo e a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, aprovado em Sessão de Assembleia Municipal a 23 de junho de 2014 (vidé tb. Reunião da AMM de 2 de maio de 2016) como exemplo da descentralização municipal e cooperação institucional municipal entre autarquias locais diferentes. -----

2. CONGRATULA-SE pelo facto de desde o dia 16 de setembro de 2016 ter a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes ao seu dispor UM NOVO TRATOR com Carregador Frontal com Balde, Roçadora Trituradora (hidráulica) e REBOQUE agrícola, INVESTIMENTO da Câmara Municipal, sublinhamos investimento da Câmara Municipal, na ordem dos 55 mil 530 euros (mais IVA) com dotação no PPI/2016. -----

3. SALIENTA, com valoração positiva, a ligação solidária e de apoio ao movimento associativo em geral por parte do Executivo Municipal, e em particular às Coletividades, Clubes e Associações da Freguesia de Sarilhos Grandes já que, na prática já com história da parte deste Executivo Municipal, ainda recentemente (14 de setembro de 2016, R. CMM) foi aprovado um conjunto de Protocolos e Contratos-Programa (3 Protocolos de Colaboração e 6 Contratos-Programa) que consubstanciam, entre outros, APOIOS FINANCEIROS e de outra natureza à Academia Musical União e Trabalho (Sarilhos Grandes) e ao Clube “Vasco da Gama” da Lançada – localidade da Freguesia de Sarilhos Grandes. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4. Saúda o Executivo Municipal, DESTACA e regozija-se com os RESULTADOS alcançados pelo Executivo Municipal nos primeiros seis meses do ano 2016 espelhados nas CONTAS DO 1.º SEMESTRE (mapas de execução orçamental/Mapas de informação financeira/DGAL, Relatório Semestral de Auditor externo) donde relevamos que houve, entre a receita corrente líquida e a despesa corrente uma diferença positiva de 305.807,85 euros (diferença que aumentou em relação a período homólogo 2015), que o prazo médio de pagamento no Município foi de sete dias, que o endividamento do Município se encontra muito aquém dos limites legais, que a “dívida a Terceiros” por parte do Município decresceu 8% (oito por cento) entre 1 de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016, ou seja, decresceu 817.659 euros, que durante o primeiro semestre o Município não utilizou qualquer empréstimo de curto prazo, e que na vigência da Lei em vigor o Município não contratou qualquer empréstimo de longo prazo, que foram cumpridas todas as obrigações fiscais incluindo Segurança Social e C.G.A., que o grau de realização da despesa paga foi de 43% no primeiro semestre/2016. -----

5. Apoia e saúda o Conselho de Administração dos S.M.A.S./MONTIJO pela segunda fase da OBRA de remodelação do Coletor de águas residuais na Avenida Luís de Camões (Montijo) cujo TOTAL/OBRA implicou um investimento superior a 100 mil euros. -----

6. Congratula-se com a conclusão de OBRAS em várias ESCOLAS PÚBLICAS do Concelho de Montijo com vista ao ano letivo 2016/2017, lembrando que só no agrupamento de Escolas de Montijo e no agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra (E.B.(s) e J.I.(s)) tem vindo a ser realizado um investimento superior a 200 MIL euros, e que na Escola Básica Novos Trilhos (Freguesia de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E

ATALAIA) há substituição da Cobertura no âmbito do Plano de Substituição das Coberturas que contêm Amianto que a Câmara Municipal tem vindo a executar.

6.1. Congratula-se igualmente pela insistência e presença da Câmara na necessidade de prossecução das OBRAS na Escola Secundária Jorge Peixinho retomadas pela PARQUE ESCOLAR. -----

7. Entende deixar registado, valorizando positivamente, a ação do Executivo Municipal no âmbito da PAVIMENTAÇÕES E REPAVIMENTAÇÕES, ao abrigo de uma Empreitada de Pavimentações diversas, nomeada e designadamente, na Rotunda do Izidoro/Estrada Nacional 119 até ao Acesso à Urbanização junto ao Depósito de Água do Corte das Cheias (Montijo), várias ruas no Bairro do AREIAS, Rua/Praça da Brasília, Rua Cidade do Porto, Rua Gaspar Nunes no Bairro do Mouco e alguns Troços da Avenida dos Pescadores, Empreitada no valor total de € 113.367,98 euros. -----

8. Apoia a atribuição pela Câmara Municipal à Junta da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro de uma verba de 50.000 euros para a intervenção em diversos Parques Infantis existentes (mais de 20 Parque Infantis) nessas Freguesias (deixando registado que na reunião de Câmara de 20 de julho/2016 a CDU votou pela ABSTENÇÃO e o PSD votou CONTRA) matéria que hoje integra um Ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. -----

9. Saúda, regozija-se, congratula-se com o planeamento, a preparação, a organização, a realização e as massivas PARTICIPAÇÕES de diversas FESTAS POPULARES nas diversas Freguesias do Concelho (Montijo, Sarilhos, Atalaia, Canha...) enviando às Comissões de Festas, aos Parceiros participantes, aos Executivos das Juntas de Freguesias, ao Executivo Municipal pelos APOIOS



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
P
H

PRESTADOS, aos Participantes, o merecido reconhecimento e solidariedade em ações futuras. -----

10. O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Montijo entende ainda DESTACAR e RELEVAR a III FEIRA QUINHENTISTA DE ALDEIA GALEGA (entre 9 e 11 de setembro) que transformou Montijo “num lugar de produção de cultura, num espaço de atração turística e num local de recriações históricas”, bem como a atividade do **CITEJA** e as suas rica, diversa, variada **PROGRAMAÇÃO** e Realizações, próprias, em Parcerias, e/ou acolhidas/acomodadas, bem como a Celebração do 31.º ANIVERSÁRIO DA ELEVÇÃO A CIDADE de Montijo (13/14 agosto) no seu conjunto de iniciativas, a Celebração do DIA DA FREGUESIA NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO (15 setembro) com a entrega da Distinção de Mérito Barca Aldegalega (realizado desde 1999), a Exposição (na Galeria Municipal, início no dia do Aniversário da Cidade de Montijo) “DA ESCOLA À ESCRITA” do artista, crítico, professor e ensaísta nascido e residente no Montijo CARLOS VIDAL, a EXPOSIÇÃO “Mundo de Insetos” no Museu Agrícola da Atalaia (patente esteve até ao dia 31 de agosto) inaugurada no âmbito, contexto e DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS (18 maio). -----

11. O Grupo Municipal do Partido Socialista fica satisfeito com a presença da Sr.ª Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (C. Marcelino) que esteve no Montijo no dia 20 de setembro para a assinatura de uma Carta Compromisso com a Santa Casa da Misericórdia do Montijo para financiamento do Centro de Apoio à Vida desta Instituição – apoio que se traduz na quantia de 24.000 euros para custear, durante o corrente ano, as Despesas associadas ao funcionamento deste Centro. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
B

Igualmente nos satisfaz a presença do Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas (Pedro Marques) no Afonsoeiro (Escola) na proximidade da Abertura do Ano Letivo 2016/2017 realçando a importância nuclear que o atual Governo do Partido Socialista (tal como a nível concelhio) atribui à área da EDUCAÇÃO.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Quanto ao senhor deputado Alfredo Rodrigues, eu não vou tecer comentários sobre o seu estilo e a forma como aqui apresentou as suas questões e o seu ataque rasteiro, porque desta forma, senhor deputado é que é indigno desta assembleia a forma como expôs as suas ideias. -----

Quanto à questão da ciclovia e ao Portugal 2020, este projeto já tem algum tempo e a Câmara Municipal do Montijo sempre decidiu avançar e por várias razões na altura não se conseguiu avançar. Agora dentro desta possibilidade de candidatura, do Portugal 2020, tem uma série de oportunidades. Esta estrutura de fundos comunitários tem uma série de questões para as autarquias e para a região de Lisboa, uma delas é a mobilidade sustentável e é por aqui que segue a ciclovia. -----

Nós não andamos aqui a dizer uma coisa hoje e outra amanhã. Quanto às comportas, estas não têm problema nenhum, pois não me foi reportado qualquer anomalia e todas neste momento estão a funcionar. -----

Sobre o protocolo do Montepio, nós já lançámos o concurso, inclusivamente, já o levamos a reunião de câmara e fizemos a repartição da despesa plurianual deste ano 2016 e 2017, contamos executar esta obra entre o final de 2016 ou início de 2017. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Em relação à Assembleia Municipal, eu não disse que fazia favores com verbas, o que disse foi que nós estamos disponíveis para mais ações da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal nunca limitou as ações propostas pela Assembleia Municipal. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Sérgio Vasco é obvio que a Câmara Municipal considera a segurança alimentar muito importante e dizer também que fizemos algumas vistorias dentro do âmbito da atuação da Câmara Municipal, com o nosso Gabinete de Sanidade Pecuária, nomeadamente, nas áreas que têm a ver com os mercados municipais e relativamente às inspeções de venda de produtos alimentares é feito pela ASAE. É assim que se desenvolve esta ação inspetiva às lojas alimentares e à qualidade do produto que é vendido nas lojas. O que nós fazemos é meramente avaliativo, não é fiscalizador, com os nossos veterinários como por exemplo os talhos do Mercado Municipal. -----

Quanto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, como sempre cria uma dissonância daquilo que foi dito. O que eu disse em relação à questão colocada pelo senhor Salgueiro, foi que desconhecia se intervenção na calçada era decorrente de uma intervenção dos SMAS. É essa intervenção que o Presidente desconhece. Onde foi, nós sabemos, nós temos situações na Broega e na Lançada para calcetar. Quanto ao parque infantil não foi o Presidente da Câmara que disse que era um problema de segurança, foi o munícipe que disse que era um problema de segurança em relação ao equipamento infantil que lá existia. Os parques infantis são da responsabilidade direta das Juntas de Freguesia, mas a Câmara Municipal, como não pode deixar de ser, estará disponível com a Junta de Freguesia para tratar deste problema. -----

Quanto à questão do trator, a situação foi tratada entre nós, quanto à cedência



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do equipamento, como sabe não veio mais cedo, porque só em 2016 conseguimos ter a verba e a rúbrica aberta e foi a partir dessa verba de 2016, que nós comprámos o trator e o colocámos à disposição da Junta de Freguesia. Ainda falta um equipamento, que é o da aplicação do herbicida, que já adquirimos. Quando falámos sobre o trator para Sarilhos nunca esteve presente um recurso humano para conduzir o trator, não quer dizer que a Câmara Municipal não tenha disponibilidade e abertura para resolver esse problema, mas essa questão nunca foi tratada. -----

Quanto à pintura da escola, a intervenção foi feita no sentido de ter eficácia e intervimos nos pontos mais críticos da escola, ou seja, tetos e paredes e eu tive oportunidade de visitar esta escola e de avaliar. -----

Quanto ao protocolo de utilização para o trator, este ficará ao dispor da Junta de Freguesia não necessita de enquadramento protocolar, a Câmara Municipal desenvolve todos os procedimentos para manter o equipamento em funcionamento, inclusivamente paga o gasóleo. Se o senhor Presidente da Junta quer um protocolo a Câmara Municipal elaborará um protocolo de utilização.” –

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Peço desculpa estar novamente a usar da palavra, mas não admito ao senhor Presidente da Câmara que me diga que eu venho para aqui fazer golpes baixos e que o meu estilo não é do seu agrado, ou que tenho informação que não é do seu agrado, faço um esforço para levar as coisas de uma forma muito simples e agradeço que respeite. Quanto às questões que coloquei sobre os espaços públicos que se encontram encerrados, não me respondeu a nenhuma questão. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Deputado Municipal – João Figueiredo** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “O assunto que trago é novamente o aeroporto, relembro que há cerca de um ano, foi proposto pelo anterior governo um memorando entre as várias entidades que têm jurisdição nas questões do aeroporto, nomeadamente a Câmara Municipal do Montijo para consensualizar que a solução alternativa ou complementar à Portela seria transformar a BA6 num aeroporto civil, na altura a Câmara Municipal não assinou. Entretanto, temos aqui um no Governo há quase um ano. Este novo Governo, entendeu fazer novamente estudos, esta semana o senhor Ministro da Defesa vem dizer que transformar a BA6 do Montijo, num aeroporto civil implicaria avultados investimentos para o país e nomeadamente um aumento de custos de operação para a Defesa nacional, no montante ainda não apurado nesta fase. Então vai haver uma nova fase? -----

Mas o que se passa com este Governo? Já estava tudo estudado, tivemos aqui o Presidente da ANA aeroportos a 8 de junho no Montijo, e demais entendidos na matéria a dizer que a BA6 do Montijo é a pista mais segura para ser complementar a Lisboa, e é o que faz sentido. Aliás, o Presidente da ANA disse *“Só os juros de um ano do investimento do aeroporto que iria para Alcochete/Canha, daria para pagar o investimento efetuado na BA6 ou seja os juros de um ano de dívida que o país iria contrair para fazer o antigo aeroporto Alcochete/Canha daria para pagar este investimento aqui no Montijo”* agora temos o senhor Ministro da Defesa a dizer o contrário. -----

O que se passa com o seu Governo? Quais são os seus esforços e ações concretas que o senhor Presidente da Câmara tem feito para desbloquear este processo? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

Pois, acredito que neste momento é o assunto mais estratégico para o futuro do Montijo.” -----

O senhor **Deputado Municipal - Mário Baliza** (CDU), apresentou em nome da sua bancada dois documentos, cujos teores abaixo se transcrevem: -----

VOTO DE PROTESTO

“O senhor Presidente da Câmara Municipal não respeita a Assembleia Municipal, numa manifesta falta de respeito democrático. -----

A Assembleia Municipal do Montijo reconhecendo que o montijense Acácio Artur Soeiro Doreis, foi um autarca de Abril, que participou na 1ª Comissão administrativa da Câmara Municipal entre 1974 e 1976, presidiu à Câmara Municipal eleito pela Aliança Povo Unido – APU, foi deputado da CDU na Assembleia Municipal, participou ativamente, antes e depois do 25 de Abril de 1974 em várias associações do concelho, e na sua reconhecida obra como Presidente da Câmara Municipal, entre outros, ergueu a maior feira industrial, comercial e agropecuária de Montijo (vulgo MONTIAGRI), aprovou, por proposta da CDU, em 19 de setembro de 2014, uma Recomendação à Câmara Municipal para que ao atual Parque de Exposições (vulgo MONTIAGRI) seja dado o nome de ACÁCIO ARTUR SOEIRO DORES. -----

Passado dois anos o Senhor Presidente da Câmara, numa manifesta falta de respeito pela Assembleia Municipal, não se dignou executar a Recomendação da Assembleia Municipal, o que levou os vereadores da CDU na Câmara Municipal a apresentar, na última reunião desse órgão, uma proposta dando



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimento à Recomendação aprovada em Assembleia Municipal e para ser agendada na próxima reunião da Câmara Municipal. -----

A Assembleia municipal de Montijo reunida em Sarilhos Grandes na coletividade da AMUT, em 23 de setembro de 2016, manifesta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o seu protesto pela sua atitude antidemocrática de mais uma vez, não respeitar a Assembleia municipal, órgão fiscalizador e deliberativo da atividade autárquica do concelho.” -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“Apesar da Constituição da República Portuguesa consagrar a gratuidade do ensino obrigatório, Portugal é hoje, um dos países da União Europeia onde as famílias mais custos têm com a Educação. -----

A aprovação da gratuidade dos manuais para todas as crianças que iniciam o ano letivo de 2016/2017, significa uma poupança de cerca de 3 milhões de euros para as famílias, atingindo mais de 80 mil crianças que vão frequentar o 1º ano do ciclo obrigatório. -----

A Assembleia municipal do Montijo, reunida em 23 de setembro de 2016, na coletividade da AMUT em Sarilhos Grandes, delibera: -----

- Manifestar a sua congratulação por esta medida aprovada; -----
- Apelar para que a gratuidade dos manuais escolares seja progressivamente extensiva para todo o ensino obrigatório.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Francisco Cordeiro (PSD)**, no uso da palavra leu uma Intervenção, alusiva à **Semana Europeia da Mobilidade**, cujo teor abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
E

“Foi com muito gosto que vimos a nossa cidade associada aos Municípios participantes da Semana Europeia da Mobilidade que decorreu nos passados dias 16 a 22 de setembro. -----

Uma semana onde a União Europeia nos relembra a importância e o impacto que a mobilidade dos cidadãos tem para o desenvolvimento e a qualidade de vida nas nossas cidades. Com o tema “Mobilidade inteligente. Economia forte”, A.U.E apresenta-nos dados de que o investimento e planeamento trará um enorme benefício para a qualidade de vida dos seus munícipes e atividades económicas. Destaca-se o comércio local como uma das áreas mais beneficiadas, esta tão importante para revitalizar o centro da cidade. -----

É com muito agrado que a Bancada do PSD vê a parceria entre os Municípios do Barreiro, Moita e Montijo e a Senergia para a criação de um concurso que visa premiar aqueles que optam por utilizar alternativas ao automóvel. -----

Ainda assim, não podemos deixar hoje de lamentar, a falta de planeamento ou até mesmo a inexistência do mesmo, no que toca à mobilidade no concelho do Montijo. -----

O executivo pode até justificar-se com tantos quilómetros de ciclovia que envolvem o nosso município. Mas até aqui está mais uma realidade de falta de planeamento na nossa cidade. Onde o centro é impróprio para uso de bicicletas, onde o caminho para o Cais do Seixalinho é perigoso, tanto para peões como para bicicletas, onde as principais artérias da cidade não contemplam um percurso para a deslocação em segurança de quem as usa e muitos mais exemplos poder-se-iam enumerar. -----

Os transportes públicos não se encontram adequados às necessidades atuais dos nossos munícipes, onde os horários e frequência de carreiras ficam aquém



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
E
sh

de quem as quer utilizar nas deslocações casa-trabalho e trabalho-casa, este também é um fator decisivo para muitos que pensam em escolher o Montijo como cidade para viver. -----

Por fim, não podemos deixar de referir a dificuldade que uma pessoa de mobilidade reduzida tem para se deslocar no nosso município. Um exemplo disso é a Galeria Municipal, onde habitualmente realizamos as nossas assembleias se encontrar inadequada para quem se encontra confinado a uma cadeira de rodas. A par deste espaço público também os Paços do Concelho que não permitem aos cidadãos assistirem aa reuniões de câmara ou cerimónias no Salão Nobre. -----

Sendo assim a remoção das barreiras arquitetónicas e a adequação dos espaços públicos, para quem já enfrenta tantos problemas no dia-a-dia, é um “imperativo” para quem vive na nossa cidade.” -----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, leu um **VOTO DE PROTESTO**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A estação dos CTT situada na cidade de Montijo, na Avenida 25 de Abril, alterou o seu horário de funcionamento em manifesto prejuízo dos utentes, particularmente os do mundo do trabalho, e, ao mesmo tempo, reduziu o número de trabalhadores no atendimento público de 4 para 2, também em manifesto prejuízo dos trabalhadores. -----

O recente encerramento da referida estação entre as 12 horas e 30 minutos e as 14 horas e 30 minutos põe em causa o direito ao acesso dos seus serviços, nomeadamente, do mundo do trabalho, dado que em muitos casos só têm a possibilidade de se deslocar aos CTT entre as 12 horas e 30 minutos e as 14



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

horas, porque muitos quando saem do seu trabalho já passa das 18 horas e a estação está encerrada. -----

O horário antes praticado, era contínuo entre as 9 horas e as 18 horas. -----

Tudo isto é fruto da política ruinosa de privatização dos CTT desde 2014, tendo os acionistas lucrado 31,7 milhões de euros, no 1º semestre deste ano, e, desde a privatização, o Estado deixou de encaixar 170 milhões de euros que foram para os bolsos dos acionistas. -----

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida em 23 de setembro de 2016, em Sarilhos Grandes, na coletividade da AMUT, protesta: -----

- Contra a ruinosa privatização dos CTT que prejudica os trabalhadores, os utentes e os interesses nacionais, em benefício dos grandes senhores do mundo das finanças; -----
- Apelar para que os CTT voltem a ser pertença pública; -----
- Repudiam o encerramento da estação dos CTT entre as 12 horas e 30 minutos e as 14 horas e 30 minutos, situada na Avenida 25 de Abril no Montijo, e, exige que volte ao seu horário contínuo entre as 9 horas e as 18 horas.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Sérgio Vasco** (PSD), no uso da palavra, disse: “ Senhor Presidente é óbvio que a Câmara Municipal se preocupa com a segurança alimentar, mas, não me respondeu à pergunta, qual é a periodicidade das vistorias. Disse apenas que fazia algumas e que eram feitas pela ASAE. A minha pergunta concreta é que no seu relatório de atividades municipal, na parte do gabinete de Sanidade Pecuária, diz o seguinte *“Execução de vistorias técnico-sanitárias, sob coordenação da Direção Geral de Alimentação e*



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Veterinária, a estabelecimentos de comércio a retalho de carnes e seus produtos, sem número de controlo veterinário, designadamente talhos, com o objetivo de normalizar procedimentos no controlo oficial deste tipo de estabelecimentos, bem como verificar o cumprimento da sua conformidade legal. Os respetivos pareceres técnicos são elaborados conjuntamente com a técnica de Saúde Ambiental, em representação do Delegado de Saúde Adjunto do ACES do Arco Ribeirinho. Não foram efetuadas vistorias no âmbito deste item.” -----

Se estas vistorias só tinham o intuito de controlar estabelecimentos que não tivessem número de controlo veterinário, aqueles que já têm também são vistoriados, ou não são?” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, questionado pelos senhores deputados, disse: “Relativamente ao café da Quinta do Saldanha, como é do conhecimento público o locatário saiu do espaço e até veio a reunião da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal iniciou um processo de hasta pública para colocar novamente o imóvel na função de café e não houve interessados. Já demos essa nota publicamente e agora iremos recuperar e aproveitar o espaço para a nossa Universidade Sénior. -----

Quanto ao restaurante da Montiagri continua adjudicado e continua com as rendas em dia. No final da concessão será novamente colocado a hasta pública. O fecho do restaurante é uma opção do locatário. -----

Quanto ao aeroporto, o que nós temos conhecimento é que está a ser desenvolvido e aprofundado com estudos. Isto não é uma questão de atrasos, a exigência de mais estudos, prende-se com o facto do Ministro do Planeamento



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e das Infraestruturas ter solicitado esses estudos porque o processo foi-lhe passado de uma forma pouco estudada. -----

A ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil está a realizar um estudo da primeira opção da BA6, e o que o Ministro da Defesa disse e bem é que a Força Aérea quer que o aeroporto funcione com uma pista com uma parte civil e uma parte militar. Não á nada aqui de novo. -----

Quanto à fiscalização da segurança alimentar é da ASAE, nós, Câmara Municipal através da Sanidade Pecuária fazemos com o ACES, as avaliações dos talhos que dão origem a esses relatórios. O período a que se reporta não tem relatórios porque se refere ao período de férias dos funcionários, mas estes são feitos por denúncias ou por necessidade do proprietário.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, cinco documentos (duas Moções, dois Votos de Protesto e um Voto de Congratulação), nomeadamente: -----

MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada **“A SAÚDE É UM DIREITO E NÃO UM NEGÓCIO”**

MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada **“A MOBILIDADE É UM DIREITO DAS POPULAÇÕES”**

VOTO DE PROTESTO apresentado pela CDU, alusivo ao Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
B
H

VOTO DE CONGRATULAÇÃO apresentado pela CDU, alusivo à gratuidade dos manuais escolares para os alunos que iniciam o ano letivo 2016/2017

VOTO DE PROTESTO apresentado pela CDU, alusivo ao CTT

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos supracitados documentos, tendo os mesmos sido **admitidos por unanimidade**. -----

Seguidamente, procedeu-se à **discussão** e **votação**, tendo os mesmos obtidos as seguintes deliberações: -----

MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada “**A SAÚDE É UM DIREITO E NÃO UM NEGÓCIO**”

VOTAÇÃO: Aprovada por Unanimidade.

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra apresentou uma **DECLARAÇÃO DE VOTO**, que se passa a transcrever: -----

“Votámos a favor desta Moção porque reconhecemos o direito de reivindicação das populações, nomeadamente em áreas tão importantes como as associadas à saúde. Porém não podemos deixar de sublinhar que não concordamos com falsas expetativas e a existência necessária de ordenamento e prioridades políticas racionalizadas, sem as quais será impossível uma saúde pública de qualidade, quer no nosso país, quer no nosso concelho.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
E

MOÇÃO apresentada pela CDU, intitulada “**A MOBILIDADE É UM DIREITO DAS POPULAÇÕES**”

A senhora **Deputada Municipal – Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, propôs à bancada da CDU que a Moção fosse alterada no ponto 3. -----

Assim, onde se lê: “Agrava ainda mais a situação o estado caótico da manutenção dos autocarros e dos barcos, a falta de autocarros, prejudicando os utentes e os trabalhadores, tudo isto fruto da política de liberalização e privatização que só visa o lucro, pondo em causa os direitos dos utentes e dos trabalhadores.” -----

Passaria a ler-se: “Agrava ainda mais a situação o estado caótico da manutenção dos autocarros e dos barcos, a falta de autocarros, prejudicando os utentes e os trabalhadores.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse que não retira a frase “... *tudo isto fruto da política de liberalização e privatização que só visa o lucro, pondo em causa os direitos dos utentes e dos trabalhadores.*” -----

VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 17 votos a favor (9 do PS, 6 da CDU e 2 do BE), 6 abstenções do PSD e 0 votos contra.

A senhora **Deputada Municipal – Filipa Mota (PSD)**, no uso da palavra, apresentou uma **DECLARAÇÃO DE VOTO**, que se passa a transcrever: -----
“**Votámos no sentido da abstenção, porque não nos revemos neste parágrafo e não compactuamos com este tipo de ideologias.**” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTO DE PROTESTO apresentado pela CDU, alusivo ao Presidente da Câmara Municipal

VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 14 votos a favor (6 da CDU, 6 do PSD e 2 do BE), 8 votos contra do PS e 1 abstenção do PS (Deputado José Caria).

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes** (PS), no uso da palavra apresentou uma **DECLARAÇÃO DE VOTO**, que se passa a transcrever: -----

“Sem por em causa o direito à memória e ao bom nome de Acácio Dores, o grupo municipal do PS vota contra, na medida que o Presidente Acácio Dores elegeu prioridades de ação política com as quais, nem sempre o PS se identificou, nem apoiou. Acácio Dores teve o mérito de construir a Montigri é um facto, mas também é um facto que nessa sua opção prioritária esqueceu as populações mais pobres, que viviam nos bairros clandestinos na periferia da cidade, não os dotando de infraestruturas de saneamento básico e equipamentos. Para o PS persiste ainda a perplexidade de na sua época a CDU não ter recandidatado o seu autarca.” -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO apresentado pela CDU, alusivo à gratuidade dos manuais escolares para os alunos que iniciam o ano letivo 2016/2017

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade.

VOTO DE PROTESTO apresentado pela CDU, alusivo ao CTT



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 17 votos a favor (9 do PS, 6 da CDU e 2 do BE), 6 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a primeira reunião da quarta sessão ordinária, era uma hora e trinta minutos, do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezasseis. Informou ainda, todos os presentes que a segunda reunião ficava agendada para a próxima segunda-feira, dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas. -----

E eu, *Joaquina Maria Czevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

Maria Amélia Antunes

----- O 1º Secretário -----

Pedro Rafael Pereira Reis Campos

----- A 2ª Secretária -----

Fabiana Almeida Loureiro